

Prontos para outra batalha

CARLOS EDUARDO MOREIRA
FERREIRA *

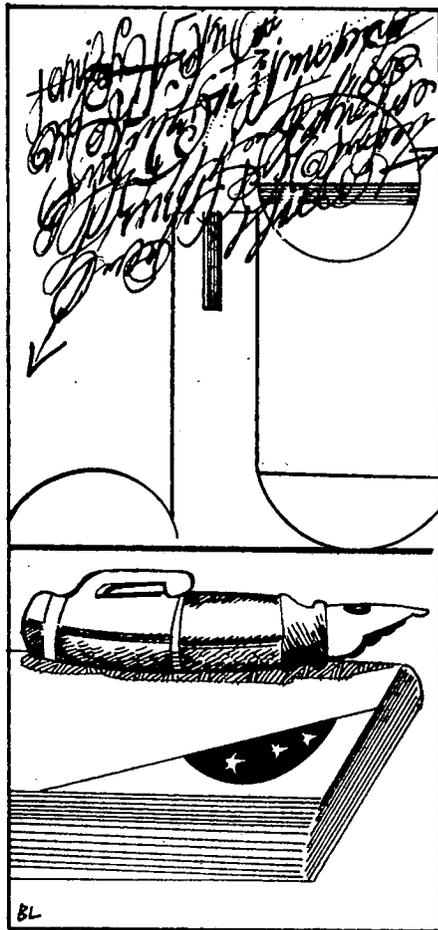
Junho chegou; o prazo esgotou-se. Temos de encarar a realidade de que não mais se fará neste ano, e por este Congresso, a revisão que estava prevista no próprio texto da Constituição de 1988. As evasivas terminaram.

Deputados e senadores decidiram o destino da revisão não pelo voto, mas pelo seu comportamento. Permaneceram, quase todos, silenciosos, omissos e, nas horas mais importantes, ausentes do plenário do Congresso. No seu foro íntimo, aquele que não é revelado nas declarações à imprensa, a maioria dos parlamentares, desde o começo da revisão, parece que já havia decidido não cumprir essa obrigação política que a Constituição lhe impunha.

A análise das razões profundas que imobilizaram essa maioria, dentro de um Congresso emocionalmente exaurido por decisões históricas como o *impeachment* do presidente Fernando Collor e como o seu próprio auto-expurgo, ainda que parcial, caberá aos cientistas políticos do futuro.

Para os industriais de São Paulo, que acreditaram na oportunidade, que a Constituição abria à sociedade, de restituir a governabilidade ao país e o vigor à economia, pela via da revisão, e se viram frustrados, o trabalho continua.

A Fiesp/Ciesp, que os representa, investiu longas horas de esforço em seu projeto de revisão constitucional. Os estudos das comissões formadas por empresários para estudar as questões vitais para a economia do país duraram, literalmente, anos. A Fiesp/Ciesp não quis pensar em temas casuísticos ou meramente corporativos. Quis refletir sobre o interesse da sociedade brasileira como um todo. Para isso, ouviu longamente representantes da



sociedade e submeteu idéias ao exame dos especialistas.

Cinco comissões temáticas, depois de meses de reuniões, submeteram suas conclusões aos plenários da Fiesp (esta, uma federação de sindicatos patronais da indústria) e do Ciesp (este, uma associação privada de empresas de todo tipo). Os plenários deram a sua aprovação a essas conclusões, que ficaram organizadas em cinco grandes tópicos.

Esses tópicos são: papel e funções do Estado e ordem econômica, sistema tributário e finanças públicas, seguridade social, questões institucionais e relações de trabalho e organização sindical.

Ali estão contidas sugestões que, desde a sua divulgação, ganharam o apoio de importantes parcelas da opinião pública. Alguns exemplos: a diminuição da intervenção do Estado na economia, a simplificação do sistema tributário para cinco impostos, a introdução da tributação na ponta do consumo, o fim dos monopólios, o fim da discriminação contra o capital externo, o tratamento jurídico igual para empresas estatais e privadas. E mais: a previdência privada, o sistema privado de saúde, o seguro-desemprego de 12 meses, a revisão constitucional de cinco em cinco anos, o voto distrital misto, a independência do Banco Central, a instituição do contrato coletivo de trabalho. E muitas outras sugestões ao Congresso.

Deve-se sublinhar o termo sugestões, porque a Fiesp/Ciesp nunca quis apropriar-se do poder constituinte, nem substituir o poder político. Muito menos pensou em impor suas reformas aos políticos pela insinuação de que alguns empresários não apoiariam financeiramente os parlamentares de opinião contrária, em suas futuras campanhas eleivas. Esta foi uma suspeita lançada por alguns políticos e recolhida por alguns jornais.

A Fiesp/Ciesp, note-se, não financia campanhas eleitorais. E a nova lei eleitoral, cujo número está destinado a se tornar bem conhecido, a Lei nº 8.713/93, proíbe expressamente as entidades de classe e sindicais de fazer contribuições para a campanha política deste ano.

Quem acompanhou a longa marcha por Brasília dos empresários de todo o país, unidos em frente única, ao longo

dos penosos meses que antecederam a data final da revisão, sabe da postura respeitosa ao Poder Legislativo que estes adotaram. Houve longas esperas nas ante-salas, tentativas talvez canhestras de interessar líderes partidários pelos destinos da revisão, andanças apressadas por mal-iluminados e desconhecidos corredores do edifício do Congresso, em busca de apoios.

Aí, nesse trabalho de influir sobre o Congresso, é que o empresariado visivelmente não teve pleno êxito. Falta ainda fazer a análise das causas desse insucesso. Mas é provável que os cientistas políticos digam, um dia, que tudo girou em torno das insuficiências de uma legislatura colhida por problemas maiores do que ela.

Talvez os empresários tenham errado em suas estratégias. Eles, tanto quanto o restante da sociedade, estão no jogo da jovem democracia brasileira há pouco mais de dez anos apenas. E há muito para aprender em matéria de sistema democrático neste país. Estamos todos aprendendo juntos. Por isso mesmo, não devemos exagerar nas condenações à classe política.

O fundamental, contudo, é não perder a fé. Posso afirmar, na qualidade de presidente da Fiesp/Ciesp, que os industriais paulistas mantêm firme o seu ânimo e inabalável a sua determinação. A revisão constitucional será feita um dia, de algum modo, dentro das regras da democracia.

Esta sessão do Congresso não deve ser confundida com o Poder Legislativo. Pessoas mais afinadas com os tempos em que o país vive serão eleitas para o Parlamento nesta próxima e grande eleição de outubro. É a batalha para tornar o Brasil viável na modernidade prosseguirá.